



ACÓRDÃO Nº 996/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 942/1993.

Apensos: Processos nsº 2827/2015, 3008/1994 e 4809/1994.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsável: Sr. Almino Rodrigues Ramos, Diretor Geral do DER/AM.

4- Órgão: Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas – DER/AM.

5- Exercício: 1992.

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Júnior – OAB/AM 5851.

7- Unidade Técnica: DICA/AM.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1474/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.328/329).

9- Relator: Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.

Contas Iliquídáveis. Trancamento. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar ilíquidáveis as Contas Anuais do **Departamento de Estradas de Rodagens do Amazonas – DER/AM**, referente ao exercício de 1992, de responsabilidade do **Sr. Almino Rodrigues Ramos**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 26 da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, IV, da Res. 04/2002;

10.2. Determinar o Trancamento do processo do **Sr. Almino Rodrigues Ramos** e o consequente **arquivamento** do processo, consoante o art. 27 da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 191 da Res. 04/2002.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Outubro de 2017.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 996/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral